

## Minha Casa Minha Vida: muito mais do mesmo.

Marcelo Barbosa Câmara

Lançado em 25 de março de 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV pretendia atuar como ação de governo de combate ao déficit habitacional e política econômica anticíclica. Em uma conjuntura internacional de crise, injetando recursos no setor da construção civil criaria um círculo virtuoso de geração de empregos e de dinamismo econômico.

Chegado ao final de sua segunda fase o plano demonstrou ser capaz de aplicar recursos significativos criando em termos quantitativos números impactantes deixando contentes setores da construção civil.

A planilha da Caixa Econômica Federal – com dados de até junho de 2013 - não deixa dúvidas quanto à questão.



Tem-se que o orçamento do MCMV supera o de ministérios como Justiça, Agricultura e Planejamento, superando inclusive o Bolsa Família, que “em valores corrigidos pela inflação”, despendeu R\$ 12, 1 bilhões desde 2007. (Folha de São Paulo, 2014).

Criado para atender ao meio urbano e rural, o programa foi concebido para ter como seus principais beneficiários - em termos de previsão de recursos a serem aplicados - famílias com renda bruta de até R\$ 1.600,00, onde as prestações não ultrapassam 5% da renda do beneficiário, chegando ao máximo a R\$ 80,00 e nunca ultrapassando 120 prestações. Implicando em um subsídio considerável, garantindo uma moradia, do ponto de vista do beneficiário, a mais acessível em termos financeiros, e que, segundo pesquisa IPEA/Ministério das Cidades, possui um alto índice de satisfação, no que tocante à moradia.

“Pesquisa de satisfação realizada pelo Ministério das Cidades indica que os moradores das unidades oriundas do programa federal Minha Casa Minha Vida (MCMV), em uma escala de 0 a 10, dão nota média 8,8 para o item de satisfação com a moradia. A maior nota média (9,8) foi registrada no Estado do Mato Grosso do Sul. A menor (8,0), no Estado de Minas Gerais. Os dados foram apresentados nesta quinta-feira, 14, pelo ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Marcelo Neri”. (O Estado de São Paulo, 14/11/2013 - <http://atarde.uol.com.br/politica/materias/1548684-ipea-satisfacao-com-imovel-do-minha-casa-tem-nota-88>).

Fala-se da inadimplência elevada nesta faixa de renda, por volta de 20%, porém, este não é problema novo quando se trata de Habitação de Interesse Social - HIS, que historicamente mantem índices semelhantes. COHABs (companhias de habitação municipais) ou empresas como a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional de Urbano do Estado de São Paulo) lidam com índices desta natureza em faixas de renda semelhantes.

As questões a serem observadas são de outra natureza e, mais uma vez, são semelhantes às de outras iniciativas para HIS. Com a diferença de que, passadas décadas das primeiras experiências no setor, o governo federal repete os mesmos pressupostos que historicamente redundaram em experiências pouco bem sucedidas; e contando com o volume de recursos aplicados, os velhos problemas tendem a ser amplificados.

Com uma população beneficiária de baixa renda, como exaustivamente urbanistas e sociólogos há décadas vêm analisando; as cidades reservam ao público das políticas de HIS, espaços afastados das cidades, onde transporte, lazer, cultura, saúde são bens escassos.

Em uma fotografia do processo que cria o perfil segregador do PMCMV, o jornal BRASIL DE FATO de 13 de janeiro de 2014, publicou entrevista com a cientista política e economista Francini Hirata. Em sua análise Hirata observa que “o programa é, assim, parte da contribuição do poder público para a consolidação do padrão periférico de urbanização, através da construção de grandes conjuntos habitacionais nas periferias metropolitanas sem proporcionar a infraestrutura necessária, constituindo a chamada “urbanização sem cidade”, ou seja, a instalação de conjuntos habitacionais em áreas distantes e desarticuladas do conjunto estruturado da cidade, com inexistência ou

insuficiência de transporte público e saneamento, perpetuando as características do território segregado”.

É certo que os gestores do MCMV, vêm, a reboque da resultante da construção desses conjuntos habitacionais, tentando criar formas de equacionar o processo.

Buscando dar suporte aos beneficiários do MCMV, no tocante a organização de condomínios, o Ministério das Cidades editou a Portaria nº 518, de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 11 de novembro de 2013. Dentre outras ações, a portaria prevê o apoio e formação dos moradores dos empreendimentos do MCMV para gestão condominial e organização das comunidades. Uma forma de ampliar o trabalho social que já era previsto desde a primeira etapa do Programa, mas que se mostrou insuficiente.

Ainda em 2013, o Ministério das Cidades baixa a Portaria 168/2013, publicada no Diário Oficial da União em 15 de abril de 2013, que buscava estabelecer uma nova regra: a edificação de equipamentos de saúde e educação fariam parte dos empreendimentos do MCMV. Os equipamentos - prevê a portaria - devem estar funcionando até 120 dias após a entrega das unidades habitacionais.

O fato é que o processo de segregação advindo do PMCMV, não nasce com ele. As insuficiências dos projetos sociais e das ações que as portarias citadas e outras que venham a ser baixadas, têm em criar bairros integrados aos serviços que a cidade possa vir a oferecer, são oriundas de estruturas imunes à “política de canetadas” advindas de portarias ministeriais.

A segregação espacial não está vinculada somente a programas habitacionais bem ou mau concebidos. A incapacidade que grupos sociais têm de ter acesso a bens culturais, de contarem com recursos financeiros para moradias inseridas na malha urbana, diz também respeito à má inserção que essas famílias têm no mercado de trabalho e o quanto a massa de salários por elas percebidos é insuficiente para um pleno acesso a esses bens.

Se avançarmos mais, temos que, má distribuição de renda, e maus projetos em HIS são uns dos componentes da segregação, importantes, mas não exclusivos.

Em conjunto com a questão, Ermínia Maricato observa: “A distribuição de renda não basta para melhorar a vida urbana. Com a distribuição de renda você compra carro, moto, home theater, todos os gadgets, mas não compra a cidade. O que quero dizer: não compra transporte coletivo melhor, não compra saneamento melhor, não compra nada que dependa de políticas públicas coletivas. As cidades precisavam de uma reforma e a reforma tem a ver com a terra urbana. Isso tem pouca relação com fazer obras. Muitas dessas obras têm na verdade piorado a vida nas regiões metropolitanas”.(Revista Carta Capital, 06/01/2014)

Em uma conjuntura em que as políticas econômicas não vêm propiciando os fundamentos necessários a um crescimento da economia que possa sustentar relevantes

avanços na renda dos assalariados e em que - após três mandatos presidenciais do mesmo grupo político – as políticas de reforma urbana não avançaram de maneira considerável no que tange às prerrogativas e papéis de protagonismo do Governo Federal, as perspectivas, mesmo com o anúncio do MCMV 3 para 2015, não permitem vislumbrar a reversão da política de segregação.